

# PARQUE CANTINHO DO CÉU GRAJAÚ-SÃO PAULO

## CANTINHO DO CÉU PARK GRAJAÚ - SÃO PAULO

<sup>1</sup>MIRA, S.M.M.A.; <sup>2</sup>SERRANO, A.C;

<sup>1 e 2</sup>Departamento de Arquitetura e Urbanismo –Centro Universitário das Faculdades Integradas de Ourinhos – UNIFIO/FEMM.

### RESUMO

Nos dias de hoje, para que as pessoas gozar de saúde, bem-estar, considera-se essencial que elas possam usufruir de áreas de lazer que permitam sair do sedentarismo, permitindo também a integração das pessoas à sociedade, a urbanização de um assentamento precário, nos loteamentos dos lagos, Cantinho do Céu e das Gaivotas, no Grajaú, propôs integrá-lo à cidade de São Paulo, dotando-o da necessária infraestrutura urbana e a partir de estudos feitos pela Secretaria Municipal de Habitação em conjunto com a Promotoria Pública, que remanejou famílias da área. O projeto apresenta um estudo e diagnóstico da área, propostas de soluções e projeto de adequação urbanística com foco no saneamento ambiental, melhoria da acessibilidade e implantação de um parque junto a represa Billings. O projeto vem valorizar a paisagem e a comunidade, associando recreação e lazer, mas preservando as margens, com manutenção das espécies nativas, procurando evitar o assoreamento da represa. O parque tem 7 Km de extensão, às margens da represa Billings e conta com áreas destinadas a preservação e também, com áreas para lazer, recreação, esportes e contemplação. A intervenção promoveu a qualidade de vida dos moradores, valorizando o lazer, fazendo com que o espaço esteja inserido à cidade: Este artigo tem como objetivo analisar a obra nesse espaço para possíveis aplicações num projeto de requalificação do espaço de lazer, as margens do Rio Pardo, em Santa Cruz do Rio Pardo. A metodologia utilizada foi a de pesquisa bibliográfica, com visita ao local, para tomada de fotos.

**Palavras-chave:** Lazer. Cantinho do Céu. Requalificação.

### ABSTRACT

Nowadays, in order for people to enjoy health and well-being, it is considered essential that they can enjoy leisure areas that allow them to get out of sedentary lifestyle, as well as allowing people to be integrated into society, the urbanization of a precarious settlement. , in the allotments of the lakes, Cantinho do Céu and Gaivotas, in Grajaú, proposed to integrate it into the city of São Paulo, providing it with the necessary urban infrastructure and from studies done by the Municipal Housing Secretariat in conjunction with the Public Prosecutor's Office. , who relocated families from the area. The project presents a study and diagnosis of the area, proposals for solutions and urban adaptation project focusing on environmental sanitation, improving accessibility and implementation of a park next to the Billings Dam. The project comes to value the landscape and the community, associating recreation and leisure, but preserving the banks, maintaining the native species, trying to avoid siltation of the dam. The park is 7 km long, on the shores of Billings Dam and has areas for preservation and also areas for recreation, recreation, sports and contemplation. The intervention promoted the quality of life of residents, valuing leisure, making the space is inserted in the city: This article aims to analyze the work in this space for possible applications in a project of rehabilitation of the leisure space, the banks of Rio Pardo in Santa Cruz do Rio Pardo. The methodology used was that of bibliographic research, with site visit, for taking photos.

**Keywords:** Leisure. Corner of Heaven. Requalification.

### INTRODUÇÃO

No Brasil, de modo geral, a ocupação desordenada das áreas periféricas à mancha urbana, sempre cria um grande impasse entre a proteção e preservação do ambiente e o processo de urbanização (ALVIM, 2010).

Assim, as políticas urbanas, ambientais e as de gestão de cidades foram ganhando especial importância, frente aos desafios colocados pelos processos de urbanização no país, ocorridos nos últimos 60 anos, vindo a se construir em novos desafios para os profissionais de várias áreas, como, Arquitetura e Urbanismo (ALVIM, 2010).

E quando a área é ambientalmente protegida esses desafios crescem, pois é preciso reconhecer que já existem elementos que precisam ser qualificados e ao mesmo tempo, recuperados, mas há necessidade de preservar atributos para as gerações futuras. (ALVIM, 2010).

Na região urbana de São Paulo grandes impasses começaram a surgir, tendo em vista o processo desordenado de urbanização da Metrópole e a falta de políticas ambientais públicas (ALVIM, 2010).

Até a 1950, a área do Cantinho do Céu era recoberta pela Mata Atlântica, sendo que por volta de 1987, a Imobiliária Cipramar loteou ilegalmente a península, tirando as árvores e picotando o terreno em lotes de 125 m<sup>2</sup>., vendendo para a população de baixa renda e naquelas encostas íngremes de um terreno acidentado, as casas precárias foram sendo construídas de modo desordenado, em terrenos predispostos à erosão, sem ruas pavimentadas, sem água potável, sem sistema de esgoto e sem eletricidade (ALVIM, 2011).

Mas, a região encontra-se em Área de Preservação Permanente-APP, e um conjunto de ações procurava recuperar o espaço, pois além das moradias se encontrarem em área de risco geotécnico, comprometiam a qualidade da água do reservatório Billings (ALVIM, 2011).

O PARQUE Cantinho do Céu destaca-se como um dos mais importantes projetos voltados para o espaço público da cidade de São Paulo, exatamente por apresentar qualidade no projeto com enorme compromisso social, a sua implantação veio possibilitar não só o aumento da qualidade de vida para uma área periférica da cidade, que não oferecia nenhuma possibilidade de opção de lazer e entretenimento, bem como apresentou opções para o lazer e entretenimento, possibilitando além disso, o resgate da autoestima de seus moradores (ALVIM, 2011).

O Parque Cantinho do Céu fica na parte sul da cidade de São Paulo, no distrito de Grajaú, nas margens da represa Billings, sendo que a intervenção iria abranger o Complexo Cantinho do Céu (Residencial dos Lagos, Cantinho do Céu

e Jardim Gaivotas), com uma comunidade com cerca de 10.000 famílias, ocupando uma área de 1.500.000 m<sup>2</sup>, apresentando moradias muito precárias e total carência de infraestrutura básica (ALVIM, 2011)

A área mereceu prioridade, por ocasião da implantação das obras do Programa Mananciais, quando o Ministério Público, em 2006 formalizou uma ação civil pública, sendo que a intenção inicial era remanejamento de todas as famílias, porque elas se encontravam em Área de Preservação Permanente- APP, mas essa ação foi revertida em virtude da ocupação já estar completamente consolidada (ALVIM, 2011).

O Ministério Público, a Secretaria Estadual do Meio Ambiente e a Sehab (Secretaria Municipal da Habitação) firmaram, então, um acordo, para definição de ações para recuperar a área, tanto urbanisticamente como ambientalmente, sem ter a necessidade de remover grande parte da população, sendo que apenas as moradias que estavam localizadas em áreas de risco geotécnico e que já estivessem causando o comprometimento da qualidade da água da represa Billings, que abastece grande parte de São Paulo (ALVIM, 2011).

Um projeto básico, focado na infraestrutura de saneamento ambiental foi gerenciado pelo Programa Mananciais, promovendo a melhoria da acessibilidade, por meio de uma readequação do sistema viário, que procurou remodelar os acessos, bem como implantar um enorme parque de 7 Km à beira da represa Billings, com um projeto onde constava o estudo e o diagnóstico da área, propostas para criação de projetos e obras com adequação urbanística, habitacional e ambiental da área.

Tendo em vista a grande complexibilidade social da área, com tantas possibilidades de remoção da população, o planejamento social precisa estar integrado com o projeto das obras e por isso, as assistentes sociais foram as primeiras a chegar para discutir o projeto com a população, sendo que as famílias foram cadastradas e mapeadas, para saber quais permaneceriam e quais iriam ser remanejadas para outras partes do loteamento (ALVIM, 2011).

Era uma grande importância garantir a disponibilidade do recurso hídrico, mas era também preciso recuperar o território da população que habitava a área e nos anos 70, o Poder Público Estadual instituiu uma legislação bem avançada para tentar deter o avanço da ocupação irregular, pretendendo preservar as matas, restringindo a ocupação do solo, proibindo a implantação de

abastecimento público de água e esgoto, vindo a contribuir para a desvalorização dos terrenos, o que trouxe uma ocupação desordenada (ALVIM, 2011).

Houve, então, necessidade da promulgação de nova Lei de Proteção e Recuperação de Mananciais, em 1997, que veio trazer um novo olhar para o planejamento e gestão do uso e ocupação dessas áreas. Mas só duas bacias hidrográficas tiveram a sorte de ganhar legislação específica, a de Guarapiranga e a Billings (ALVIM, 2010).

Em meados de 2000, o modelo que já fora aplicado na Bacia de Guarapiranga, estendeu para a Bacia Billings, com a denominação de Programa Mananciais, com propostas de identificar as características, as demandas e as expectativas da população, moradora na área, buscando integrar o assentamento à cidade (ALVIM, 2010).

Ao intervir em assentamentos precários e já consolidados, muitos são os desafios a serem superados para que se consiga dotar essas áreas de uma infraestrutura urbana (BOLDRARINI, 2016).

Assim, para superar os problemas de ocupação irregular em uma área de preservação ambiental, foram necessárias novas experimentações projetuais, pois a ocupação inadequada das margens da Represa Billings tinha como agravante a ausência de saneamento básico e era preciso requalificar e integrar a área à cidade de São Paulo, ressaltando a importância do espaço coletivo e público para a sociedade, como forma de reforçar até a inclusão social (BOLDARINI, 2010).

O espaço público é que dá suporte para as manifestações coletivas e cotidianas, procurando resgatar um sentimento de pertencimento à cidade (BOLDARINI, 2010).

Em uma área já densamente povoada e ambientalmente fragilizada, surgem muitos problemas quando há uma proposta da realização de intervenção, sendo necessário superar problemas como ocupação irregular e ainda mais em área a proteção ambiental com ocupação das margens da represa, com total ausência de saneamento básico. Para isso houve necessidade de novas experimentações projetuais diante desses enormes desafio de intervir em área que foi inclusive, objeto de ação civil pública em 2006 (BOLDARINI, 2016).

Era preciso mostrar para os próprios moradores a importância que tem o espaço público e coletivo para a população local, transformando esse espaço no

instrumento principal para a qualificação do assentamento, e para respeitar os esforços já realizados por eles no processo de ocupação, o diálogo e a harmonia vieram a se contrapor a uma ação impositiva com o local (BOLDARINI, 2016).

O Escritório Boldarini Arquitetura e Urbanismo foi contratado pelo consórcio que ficou responsável pelas obras, por meio de licitação pública e a partir de um projeto básico, o escritório de arquitetura foi desenvolvendo seu projeto quase junto com o início das obras, porque a ocupação era tão desordenada que nem permitia a definição da topografia do local, antes da desocupação, o que veio possibilitar um aprimoramento do projeto enquanto a obra se desenvolvia, dando inclusive, a população a possibilidade de participação com sugestões oferecidas pelos moradores, no decorrer da obra (ALVIM, 2011).

## **METODOLOGIA**

Para a elaboração deste artigo foram desenvolvidos estudos específicos, buscando em pesquisas bibliográficas envolvendo sites confiáveis da internet que disponibilizam dados e fotos sobre o tema. O estudo contou ainda com visita ao local e tomada de fotos.

## **DESENVOLVIMENTO**

A intervenção na área Cantinho do Céu visava suprir todo um conjunto de déficits de infraestrutura, bem como requalificar a área e integrar aquele assentamento à cidade, organizando sua população, com valorização dos espaços públicos, ruas, vielas, praças, parques, espaços que dão sustentação às manifestações coletivas do cotidiano (BOLDARINI, 2016)

As ações foram ocorrendo de maneira simultânea, com tudo ao mesmo tempo, com a intenção de melhorar as condições de acesso e de mobilidade, pensando em dotar a estrutura de saneamento ambiental e procurando reverter o problema ambiental para o manancial que abastece de água a população da região metropolitana de São Paulo (BOLDARINI, 2016).

Houve necessidade de remoção de construções, quando havia impossibilidade de conectá-las à infraestrutura, por causa do risco e porque estavam localizadas junto à represa, sendo que o acesso e mobilidade foram trabalhados como um conjunto procurando integrar e conectar os loteamentos (em número de 3) entre

si. E novas ruas, vielas, escadarias foram projetadas para garantir o acesso aos pontos de interesse (BOLDARINI, 2016).

A intervenção apresenta um conjunto de áreas destinadas à preservação, bem como os usos diversos como lazer, recreação, esportes etc...

Há pistas de skate, de caminhada, cinema, quadras, playgrounds, decks e demais espaços. As faces cegas de alguns edifícios receberam pinturas como painéis, integrando a paisagem ao ambiente construído.

As áreas verdes, às margens da represa ficam associadas a lazer e à preservação de espécies nativas.

O parque é uma faixa entre a área ocupada e o reservatório.

A primeira etapa do Parque Cantinho do Céu foi entregue para a população em 2011 (ALVIM, 2011).

O parque tem larguras variadas e divide-se em 6 trechos, tendo no total cerca de 300.000 m<sup>2</sup> (ALVIM, 2010).

**Figura 1-** Vista aérea do Cantinho do Céu às margens da Billings Foto Fabio Knoll [Acervo Sehab]



Fonte: disponível em <<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.135/4015>>

O trecho 1 está a Comunidade Residencial dos Lagos, sendo que no total foram beneficiadas 9.800 famílias, que contam com um paisagismo de 30 hectares.

Ruas de tráfego mais intenso foram asfaltadas e as de menor tráfego recebeu piso intertravado de concreto, com drenagem no centro da via.

**Figura 2-** Ruas com piso intertravado no centro da via



Fonte: disponível em <[http://www.solucoesparacidades.com.br/wp-content/uploads/2013/08/AF\\_Inic%20Insp06\\_SP\\_PARQUE%20CANTINHO%20DO%20CEU\\_Web.pdf](http://www.solucoesparacidades.com.br/wp-content/uploads/2013/08/AF_Inic%20Insp06_SP_PARQUE%20CANTINHO%20DO%20CEU_Web.pdf)>

Figura 3- Imagem retratando a importância do espaço público e coletivo para a população local.



Fonte: <<https://www.archdaily.com.br/br/01-157760/urbanizacao-do-complexo-cantinho-do-ceu-slash-boldarini-arquitetura-e-urbanismo>>

No parque, alguns patamares gramados recebem a água que escorre, favorecendo a infiltração.

O mobiliário do parque foi produzido com materiais robustos, como forma de garantir a durabilidade e evitar o vandalismo.

Figura- 4



Fonte: Arquivo Pessoal 04/05/2019



A intervenção conta com soluções projetuais que valorizam o lazer em espaços projetados para isso, além de promover a qualidade da água, evitar o assoreamento do reservatório, também promove qualidade de vida dos moradores (MIRA, 2019).

Figura- 5 Paisagismo às margens da Represa Billings.



Fonte: Arquivo Pessoal 04/05/2019

Está em bom estado de conservação, tendo manutenção periódicas, com paisagismo muito bonito, sendo que crianças e adultos usufruem da beleza e encantamento da área (MIRA, 2019).

Figura -6 Espaços de convivência.



Fonte: Arquivo Pessoal 04/05/2019

Hoje o Parque é utilizado não só pelos residentes locais, mas também por famílias de locais distantes que ali chegam para desfrutar das atividades, que ali são oferecidas.

É um espaço público de tamanha riqueza, que ampliou as relações de sociabilidade entre moradores e público em geral.

**Figura 7-** Imagem de crianças e adultos usufruindo do parque.



**Fonte:** disponível em <<https://www.archdaily.com.br/br/01-157760/urbanizacao-do-complexo-cantinho-do-ceu-slash-boldarini-arquitetura-e-urbanismo/529f14cae8e44e012000014f-urbanizacao-do-com>>

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto foi apresentado com a finalidade de recuperar o ambiente e integrá-lo à cidade, através da requalificação do tecido urbano, com valorização do espaço público, que estava tão comprometido pela ocupação desordenada.

O projeto veio contribuir ainda para a recuperação da água para abastecimento público da capital São Paulo, sendo que a represa passou a ser local que abriga atividades de lazer.

Houve total integração do ambiente a sociedade com muita beleza, lazer e principalmente Cidadania.

## REFERÊNCIAS

ALVIM, Angélica Benatti. Direito à cidade e ao ambiente na metrópole contemporânea 2010. In: Luiz Manoel, Gazzaneo. (Org). **Da Baixa Pombalina à Brasília, Cidades e especialidades**. Rio de Janeiro: UFRJ/FAU/PROARQ, 2010, V.II P.371-394.

ALVIM, Angélica Benatti. **Parque Cantinho do Céu (2011)**. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.135/4015>. Acesso em: 01/09/2019.

BODARINI, Marcos. **Urbanização do Complexo Cantinho do Céu/ Bodarini Arquitetura e Urbanismo**. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/01->

157760/urbanização -do- complexo- cantinho-do-céu-slash-bodarini-arquitetura-e-urbanismo. Acesso em: 01/09/2019.

MIRA, Silvia Maria de Melo Alves de. **Requalificação do espaço de lazer às margens do Rio Pardo: a relevância do Náutico Clube para a cidade de Santa Cruz do Rio Pardo-S.P**, Trabalho Final de Graduação apresentado ao Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário das Faculdades Integradas de Ourinhos-S.P. 2019.